



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

21/11/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Mais de 3 mi esperam dois anos por emprego

Cerca de 3,2 milhões de pessoas estão à procura de emprego há dois anos ou mais no Brasil. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Contínua (Pnad Contínua), divulgada nesta terça-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), isso representa 25,2% dos 12,5 milhões de desocupados do país. Ainda segundo o IBGE, cerca de 1,8 milhão, ou 7,1% dos desocupados, estavam há menos de um mês procurando emprego. A taxa de desemprego no país no terceiro trimestre deste ano, divulgada no fim de outubro, ficou em 11,8%, abaixo dos 12% registrados no segundo trimestre. A Pnad-Contínua divulgada hoje trouxe ainda dados sobre taxa de desemprego dos estados. O estado de São Paulo foi o único a apresentar queda na taxa de desemprego do segundo para o terceiro trimestre deste ano. A taxa recuou de 12,8% para 12% no período em São Paulo. Segundo a pesquisadora da IBGE, Adriana Beringuy, a queda ocorreu devido à redução do número de desempregados e não em função do aumento da ocupação. Já Rondônia foi o único estado com alta na taxa de desemprego, ao passar de 6,7% para 8,2%. As outras 25 unidades da federação tiveram estabilidade na taxa, de acordo com os dados do IBGE.

As maiores taxas foram observadas nos estados da Bahia (16,8%), Amapá (16,7%) e Pernambuco (15,8%). Já os menores níveis foram registrados em Santa Catarina (5,8%), Mato Grosso do Sul (7,5%) e Mato Grosso (8%). Na comparação com o terceiro trimestre do ano passado, houve altas em Goiás (que passou de 8,9% para 10,8%) e Mato Grosso (de 6,7% para 8%). Três estados tiveram queda neste tipo de comparação: São Paulo (13,1% para 12%), Alagoas (de 17,1% para 15,4%) e Sergipe (17,5% para 14,7%). A taxa composta de subutilização da força de trabalho (percentual de pessoas desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas) foi de 24% no país. Maranhão (41,6%) e Piauí (41,1%) apresentam estimativas acima de 40%. Por outro lado, as menores taxas foram observadas em Santa Catarina (10,6%), Mato Grosso (14,7%), Rio Grande do Sul (16,3%) e Mato Grosso do Sul (16,3%).

Leia mais: Jornal Diário do Litoral – 21/11/2019

MP 905 usurpa direitos dos trabalhadores, afirma Paim

Em discurso nesta terça-feira (19) em Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) criticou o texto da Medida Provisória (MP) 905/2019, que altera a legislação trabalhista. De acordo com Paim, a MP, enviada ao Congresso Nacional pelo Executivo, usurpa direitos dos trabalhadores, já que modifica 135 tópicos constitucionais, entre artigos, incisos e parágrafos.

– Ela é mais forte que a própria reforma trabalhista, que mexeu em 117 artigos – afirmou Paim.

O senador disse que a MP é injusta com a classe trabalhadora, já que o pacote econômico do governo, formulado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, planeja, "além de outras maldades", cobrar do seguro-desemprego uma contribuição previdenciária correspondente a 7,5% do benefício. Na opinião do parlamentar, as medidas adotadas pelo Executivo podem provocar um verdadeiro desmonte nos direitos dos trabalhadores brasileiros.

– Nessa proposta, eles mexem, inclusive, no décimo terceiro e nas férias. Eles dizem o seguinte: o 13º [salário] e as férias podem ser incorporados ao salário (...) Olha, eu não tenho usado esse termo, mas o Elio Gaspari usou ontem e botou, inclusive, no artigo que escreveu. Nessa questão de tirar 20% da contribuição do empregador sobre a folha, que seria para a Previdência, chamada desoneração, e ainda taxar o desempregado em 7,5%, ele usou o termo: 'Isso é covardia'.

Fonte: Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Proposta do governo revoga artigos da CLT

A medida provisória criada pelo governo para impulsionar empregos de jovens no país altera ou revoga uma série de trechos da legislação ligados a fiscalização e penalidades trabalhistas. Entre os artigos removidos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) está um que proibia estabelecimentos de iniciar as atividades sem prévia inspeção e aprovação pelas autoridades. Também foi suprimida da lei a possibilidade de o governo fazer convênios com órgãos, inclusive estaduais ou municipais, para ampliar o trabalho de fiscalização feito por auditores do trabalho.

O governo limitou a dois anos a validade de termos de conduta a serem firmados entre empresas e autoridades para correção de erros. Os documentos são uma espécie de acordo, que têm como objetivo a interrupção de infrações e, em muitos casos, inclui também uma penalidade. Antes, não havia prazo de validade. A medida também proíbe aplicação de multas em caso de irregularidades constatadas na primeira visita dos auditores.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 21/11/2019

PEC que suaviza cálculo da aposentadoria é aprovada por unanimidade no Senado

O Senado aprovou na noite desta terça-feira (19/11) a PEC 133/2019 que apresenta uma regra mais branda para o cálculo das aposentadorias. A proposta foi aprovada por 54 votos a 0 e altera a fórmula apresentada pela Reforma da Previdência que passou a valer neste mês.

O texto que entrou em vigor determina que será considerado todo o histórico de contribuições do trabalhador para definir o valor do seu benefício. Muito mais severo do que a regra anterior que considerava apenas 80% das contribuições mais elevadas do cidadão ao INSS.

Mas a PEC aprovada agora no Senado prevê que esse cálculo seja feito com 100% dos salários apenas daqui a cinco anos. Para entrar em vigor, a medida precisa passar por um segundo turno de votações no Senado e ser avaliada pela Câmara dos Deputados.

A proposta do Senado prevê ainda uma mudança gradativa. A aposentadoria seria calculada sobre 80% de contribuições mais elevadas assim que a lei entrasse em vigor. Em 2022 passaria a ser calculada sobre 90% das contribuições e o cálculo só passaria a considerar 100% das contribuições em 2025.

Militares

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou o texto final do projeto de Reforma da Previdência para os militares também nesta terça-feira (19/11). Agora a proposta será encaminhada ao Senado.

A proposta aparentemente endurece os critérios para que militares se aposentem, mas veio suavizada com um projeto de reestruturação nas carreiras das Forças Armadas. Parlamentares ligados à área de segurança pública articularam a inclusão de policiais militares e bombeiros na proposta. Essas categorias exigem aposentadoria integral e que o benefício seja corrigido de acordo com os aumentos dados a quem está na ativa. A previsão inicial era que, com as mudanças, o governo conseguisse economizar R\$ 10,45 bilhões, apesar de todas as benesses concedidas ao grupo. Com as mudanças na CCJ, a estimativa é que os valores poupados fiquem ao menos próximos do plano original.

Fonte: Consultor Jurídico - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Centrais Sindicais avançam no calendário de ações geração de emprego e renda

CGTB, CTB, CSB, Conlutas, CUT, Força, Nova Central, Intersindical e CSP-Conlutas se reuniram na manhã da terça (19), em SP, pra definir as diretrizes da campanha pela geração de emprego, distribuição de renda e garantia de direitos.

Ações - Haverá a semana de lutas, entre 2 e 6 de dezembro. Segundo Rogério Nunes, da CTB, a ideia é mobilizar com visitas às bases, periferia, núcleos estudantis e outros. "Será um trabalho de conscientização e alerta à sociedade sobre os impactos das medidas adotadas pelo governo", explica.

Agenda - Dia 25, os dirigentes voltam a se reunir, às 10 horas, no Dieese, SP. Dia 26, em Brasília, acontece Encontro de Servidores Públicos e de Estatais, para tratar dos ataques do governo ao setor público. Todas as Centrais estão convidadas.

Leia mais: Agência Sindical - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>